

PEDRO PEREIRA LEITE



Cultura e Desenvolvimento ?

Informal Museology Studies nº 11

Autumn 2015



Ficha Técnica:

Informal Museology Studies

Papers on Qualitative Research

Issue 11 – autumn/2015

Directory

Pedro Pereira Leite

ISSN – 2182-8962

Editor: Pedro Pereira Leite

Publisher: Marca d' Água: Publicações e Projetos

Redaction: Casa Muss-amb-ike

Ilha de Moçambique,

3098 Moçambique

Lisbon: Passeio dos Fenícios, Lt. 4.33.01.B 5º Esq.

1990-302 Lisbon –Portugal



Índice

Apresentação	6
A ideia de cultura e o desenvolvimento.....	8
A relação cultura e desenvolvimento	12
A evolução da relação Cultura e Desenvolvimento.....	16
A emergência e consolidação das Políticas Culturais	18
Porque é que a cultura está ausente do desenvolvimento?	22
O que é necessário fazer para ligar Cultura e Desenvolvimento?	26
Uma revisão do trabalho de ligação da cultura ao desenvolvimento.....	28
Aprofundando informação e documentos	32
Cidadania, cultura e desenvolvimento	36
A implementação da relação cultura e desenvolvimento.....	38
A formação de estratégia das políticas culturais.....	42
As agendas das práticas culturais que geram desenvolvimento.....	44
Os Indicadores UNESCO para a Cultura e Desenvolvimento.....	48
Conclusões	52
Bibliografia	62



Apresentação

Neste número dos *Informal Museology Studies* apresentamos um pequeno texto sobre a relação entre a cultura e o desenvolvimento. O texto começou a ser elaborado à alguns meses, e procura ser um contributo para a operacionalização da relação entre a cultura e o desenvolvimento. O texto serviu de base para a aula do seminário no âmbito do III Curso Avançado de Museologia, que se realizou em Portalegre, em Agosto. Do debate que se realizou como o grupo de alunos foi muito estimulante e levou-nos a efectuar uma revisão.

Este texto é apresentado num momento em que se inicia, nas Nações Unidas em Nova York, a discussão sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: os ODS, que vão substituir os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015) e que irão marcar a agenda a comunidade internacional até 2030.

A questão que queremos neste trabalho salientar, e por isso colocamos um ponto de interrogação na relação que estabelecemos no título: ***Cultura e desenvolvimento?***, procura operacionalizar as possibilidades de intervenção das organizações e das práticas culturais no âmbito de projetos de desenvolvimento sustentável. Defendemos que se isto sucede – a ausência da cultura como objectivo da ação nos ODS – caberá portanto às organizações culturais procurarem, em contexto adverso, afirmar o contributo dos projetos culturais como vetor de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Como colocar a cultura como quarto pilar do desenvolvimento sustentável. Será uma propositura viável? Será possível concretizar o desenvolvimento sustentável assente apenas nos seus três pilares: - desenvolvimento económico, desenvolvimento social e preservação ambiental, sendo a cultura algo de transversal a eles? Ou, pelo contrário, a cultura pode aportar algo de distintivo ao desenvolvimento sustentável?

As imagens fotográficas são de Mértola, vila museu, um espaço urbano no sul de Portugal que tem feito da cultura a base do seu desenvolvimento.

Mértola , setembro 2015

Pedro Pereira Leite.



A ideia de cultura e o desenvolvimento

A propósito da questão do 10º aniversário da Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade Cultural (2005) e da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, assinada em 2002, e da questão da negociação dos novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, aprovados em setembro de 2015, pela Organização das Nações Unidas, temos vindo a trabalhar várias questões sobre a relação entre a cultura e o desenvolvimento.

O principal objectivo desta reflexão é procurar identificar, por um lado o processo de ligação entre a cultura e desenvolvimento que estes dois documentos da UNESCO estabelecem; enquanto que, por outro lado, os ODS, agora aprovados não contém esta ligação, surgindo a cultura referida como algo que é transversal.

Sabemos que nestes documentos de grandes compromissos que a ausência dum objectivo leva a que ele, se bem que não desaparece, seja pelo menos “esquecido”. Um esquecimento que, aqui e acolá, emerge perante o fracasso de alguns projetos, quando se conclui que não tinham sido consideradas as especificidades locais na elaboração das propostas. Isso conduz sempre à conclusão de que não são os objetivos que estavam incorrectos, mas sim o modo como foram implementados.

Mas isso não será verdade em todos os processos? Ou será porque esses objetivos são pensados a partir de realidades diferentes, procurando campos de aplicação em territórios que se diferenciam pelas

necessidades que presentem. Sabemos quão complexa é esta questão, sobre quem e como são definidos os objetivos da ação. Importa pois pensar sobre essa transversalidade e sobre os modos como a cultura pode marcar a agenda do desenvolvimento sustentável.

Cultura e desenvolvimento são duas ideias polissémicas. Se seguirmos a sua linha diacrónica, a primeira tem a sua génese no século XVIII no campo da filosofia, através da distinção das ações humanas dos processos da natureza. Já a ideia de desenvolvimento, também na sua génese, é uma ideia de emerge na segunda metade do século XX, no campo da economia, referenciando a riqueza das nações. Cada noção seguiu o seu caminho até à actualidade, com distintas abordagens pelas diversas disciplinas. Neste ponto vamos apenas abordar a relação entre as duas¹ a partir do enunciado que acima expusemos. Este é um assunto que temos vindo a trabalhar desde à vários anos. Iniciamo-lo nos seminários sobre “Educação para o Desenvolvimento” que durante os anos oitenta, organizados pelo CIDAC, se fizeram por todo o país. Mas na génese próxima deste trabalho está a nossa leitura de Alfons Martinell professor na Cátedra da UNESCO de Políticas Culturais e Cooperação na Universidade de Girona que coordenou em 2013 o e-book “Impacto da Dimensão Cultural no Desenvolvimento”, onde são apresentados diversos trabalhos e experiências sobre este tema.

A publicação centra-se na problemática da relação entre a Cultura e o Desenvolvimento a partir da discussão sobre o papel da cultura nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Aborda a questão da incorporação da dimensão da cultura nas políticas do desenvolvimento. Esse foi um assunto que esteve no centro do que se convencionou chamar a “Agenda 21 para a Cultura”, onde por analogia ao que tinha sucedido no documento homónimo, aprovado no Rio de Janeiro em 1992, procurou impulsionar a integração da cultura nos ODS

Um esforço que levou ao envolvimento de várias organizações, que se juntaram numa plataforma colaborativa www.culture2015goal.net com o objectivo genérico definido como “o futuro que queremos inclui a cultura”. Uma plataforma que aglutina diversas organizações culturais, tais como:

¹ Sobre a Ideia de Cultura veja-se o nosso trabalho de doutoramento Casa Muss-ambiente: o Compromisso no processo museológico (Leite, 2012, 85), sobre a questão do desenvolvimento veja o nosso trabalho “Estudos sobre o Desenvolvimento” in *Informal Museology Studies*, nº 9. Onde abordamos a “Teoria do Desenvolvimento” a questão do Pós-desenvolvimento.

- a Federação Internacional dos Concelhos de Arte e Agências de Cultura (IFACCA)²;
- Culture Action Europe³
- FICDC Fédération internationale des coalitions pour la diversité culturelle - ⁴
- O Conselho Internacional da Música;
- O Arterial Network; peter@arterialnetwork.org
- O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁵;
- A Federação Internacional de Associações e Instituições de Bibliotecas⁶
- Red Latinoamericana de Arte para la Transformación Social.⁷

que procurou pressionar a agenda dos novos ODS nas Nações Unidas.

Sabemos que os ODM constituíram um importante esforço de integração de diferentes políticas das Nações Unidas, com base na progressiva consciência da profunda interacção do Desenvolvimento com as diferentes dimensões da cultura nas ações sociais. Ao avaliar-se a eficácia das políticas de Ajuda ao Desenvolvimento em diferentes locais, a adequação ou não das soluções propostas às culturas locais, constituía muitas vezes um argumento de avaliação presente. Em muitos casos avaliados foi-se consolidando a ideia da ausência de visibilidade da cultura nos projetos do desenvolvimento. No entanto, e este é o sentido destes artigos, a questão é já antiga, como procuraremos desenvolver de seguida.

² <http://www.ifacca.org/>

³ <http://cultureactioneurope.org/>

⁴ <http://www.ficdc.org/?lang=fr>

⁵ <http://www.icomos.org/fr/>

⁶ <http://www.ifla.org/>

⁷ <https://www.facebook.com/RedLA.AYTS>



A relação cultura e desenvolvimento

Dum modo geral os conceitos de cultura e desenvolvimento são usados em áreas disciplinares distintas. O primeiro no âmbito das ciências sociais, com a sociologia e a antropologia a mostrarem uma larga tradição teórica. As Humanidades, com os Estudos Culturais e a comunicação também apresentam, a partir do desenvolvimento dos chamados Estudos de Área (Area Studies) diversas contribuições. Quanto ao conceito de desenvolvimento, ele surge essencialmente nas ciências económicas.

Embora muitas vezes se fale do desenvolvimento da cultura ou dos sistemas culturais, o uso do termo desenvolvimento é neste sentido redundante, pois aborda essencialmente os modos de crescimento do sistema ou das políticas. O que aqui procuramos detalhar é a relação da cultura com o desenvolvimento, isto é de que forma os processos culturais contribuem de forma decisiva para a formação de programas de ação sobre determinados territórios, com o objectivo de criar, geral, ou aumentar a produção de relações económicas.

De uma forma geral, quando nos centramos na análise do conceito de desenvolvimento, a cultura não emerge como um contributo determinante na sua composição. Na maioria dos casos a referência é feita de forma generalista e muito pouco precisa, e em regra os programas propostos não incluem medidas ou ações sobre a cultura. Bastará por exemplo comparar o que é proposto, por exemplo, em termos de Educação com o conteúdo Cultura para concluir que as Agendas para o Desenvolvimento não dão relevância à questão da cultura. Esta desconformidade entre a importância reconhecida e a

ausência de medidas caracteriza toda a ação da comunidade internacional. Não há portanto uma visão comum sobre o modo como se intervém no campo da cultura nem sobre de que forma ele contribui ou não para o desenvolvimento.

A questão da relação da cultura com o desenvolvimento é no entanto um tema presente nos diferentes debates da UNESCO desde a década de cinquenta. Há no entanto uma grande diversidade de interpretações sobre o papel que a cultura deverá ter no desenvolvimento, algumas mesmo contraditórias. Em cada país ou mesmo regiões há também diferentes visões sobre o papel da cultura no Desenvolvimento. Por exemplo, no Brasil, durante o Ministério de Gilberto Gil, a cultura constitui um sector estratégico, o que levou a um conjunto de ações e políticas, enquanto noutros países, o estado retira-se da esfera de intervenção da cultura, considerando este tipo de ações como dispensáveis.

Há ainda elementos adicionais neste problema. Por exemplo, muitos estados consideram que a sua intervenção no campo da cultura tem como objectivo reforçar a cultura "nacional" enquanto outros consideram que o que é relevante é reforçar a integração das diferentes culturas que vivem dentro dum determinado território. Se por exemplo Moçambique, durante muito tempo o objectivo do Ministério da Cultura foi o de valorizar o papel da cultura nacional; o Brasil, pelo seu lado, desenvolve uma política cultural mais voltada para a sua diversidade, procurando através da valorização das culturas (negras, indígenas, caboclos) aumentar a integração social deste grupos e diminuir as assimetrias sociais e económicas no âmbito da discriminação positiva. Em ambos os casos se acentua a relevância da cultura no âmbito de objetivos económicos e políticos. Já no caso português, o estado diminui claramente a sua intervenção na esfera cultural, justificando a necessidade de contenção orçamental para dismantelar uma boa parte do sistema cultural existente, com a argumentação da sua fraca sustentabilidade.

O que nos interessa relevar nesta questão é que a relação entre cultura e desenvolvimento é uma questão complexa que depende da forma como o problema é colocado e da matriz teórica que utilizamos sobre os conceitos de cultura e desenvolvimento. O problema é tanto mais complexo quanto sabemos que entre a produção teórica feita nos centros académicos, quase todos eles situados nas universidades europeias e norte-americanas, e a realidade da vida das comunidades locais nos

diferentes territórios alvo dos programas de desenvolvimento, há igualmente uma grande distância.

Parta além da polissemia do conceito de desenvolvimento, verifica-se igualmente uma profunda clivagem em relação ao que são ações facilitadoras do desenvolvimento que podemos considerar de carácter cultural. Por exemplo a ideia que é necessário capacitar agentes locais, que implica o reconhecimento das especificidades culturais (culturas locais, processos económicos, sistemas de trocas, relações simbólicas, redes sociais de entreajuda, etc.); ou mesmo a ideia que o Desenvolvimento se mede por índices, (Índice de Desenvolvimento Humano) o que leva a ações de desenvolvimento no campo da educação, saúde e economia (rendimento); ou ainda de que o desenvolvimento depende da existência da livre-troca e da democracia, sendo portanto necessário concentrar o esforço em três áreas, economia, política e segurança. Estamos perante um mundo de opções que se diferenciam praticamente em termos de filosofia de vida.

Sabemos hoje, por exemplo que o conceito de democracia ou de liberdade individual não é necessariamente convergente com outras formas de direito e organização social que privilegia da gestão de grupo. Ou por exemplo que o conceito de progresso não se ajusta a todas as sociedades, sem que isso implique uma menor atenção á dimensão humana dos membros da comunidade.

Em suma a relação entre cultura e desenvolvimento é um campo complexo. Um campo em que a ideia de desenvolvimento é uma invenção eurocêntrica, que tem por base a teoria do valor e o mercado, ou se quisermos da ideia de **Riqueza**. A ideia do crescimento económico infinito, a ideia de que a pobreza se deve ou à incapacidade (preguiça) ou a uma distribuição injusta da riqueza. Sabemos hoje que a riqueza ou o problema da fome não pode ser apenas resolvido através da criação de oportunidades e de uma melhor distribuição dos recursos. É necessário por isso incluir na reflexão sobre a forma de resolução de alguns dos objetivos uma dimensão sobre os locais problemas.

Também é evidente hoje que não pode haver uma ação fora da dimensão das realidades locais, tal como não pode deixar de haver uma implicação dos locais sobre a produção de ideias gerais. A tradicional clivagem da teoria social de oposição entre tradição e modernidade, onde o primeiro par representa o bloqueio e o segundo termo o caminho a seguir, deverá ser abandonado. É hoje necessário repensar a ideia de

desenvolvimento de forma a incluir outras dimensões do ser humano e da sua diversidade.



A evolução da relação Cultura e Desenvolvimento

As políticas culturais e a sua relação com a questão do desenvolvimento através dos organismos internacionais

A UNESCO é o organismo das Nações Unidas que trabalha sobre as questões da cultura. O primeiro elemento de reflexão sobre as políticas culturais e o desenvolvimento surge em 1966 na Declaração de Princípios sobre a Cooperação Cultural que no seu artigo primeiro reconhece que cada cultura tem dignidade e valor que deve ser respeitado e preservado (a); cada povo tem o direito e o dever de desenvolver a sua cultura (b); e que essa riqueza e diversidade, as suas inter influências fazem com que toda as culturas façam para duma herança comum da humanidade. Trinta e cinco anos depois é aprovada a Convenção para a protecção e Promoção da Diversidade Cultural (2005), que Portugal Rectifica em 2007 e o Brasil em 2006 cujos objetivos são:

- a) Proteger e promover a diversidade das expressões culturais;*
- b) Criar condições que permitam às culturas desenvolver-se e interagir livremente de forma mutuamente proveitosas,*
- c) Incentivar o diálogo entre culturas por forma a garantir intercâmbios culturais mais intensos e equilibrados no mundo, em prol do respeito intercultural e de uma cultura de paz;*
- d) Fomentar a interculturalidade a fim de desenvolver a interacção cultural, no intuito de construir pontes entre os povos;*
- e) Promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a consciencialização do seu valor a nível local, nacional e internacional;*
- f) Reafirmar a importância dos laços entre cultura e desenvolvimento para todos os países, em especial os países em vias de desenvolvimento, e apoiar as acções*

realizadas nos planos nacionais e internacional para que se reconheça o verdadeiro valor de tais laços;

g) Reconhecer a natureza específica das actividades, bens e serviços culturais como portadores de identidades, valores e significados;

h) Reiterar o direito soberano dos Estados a conservar, adoptar e pôr em prática as políticas e medidas que considerarem adequadas à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais no seu território;

j) Reforçar a cooperação e a solidariedade internacionais num espírito de parceria, a fim de, aumentar as capacidades dos países em vias de desenvolvimento no que se refere à protecção e à promoção da diversidade das expressões culturais.

Como podemos verificar no nosso sublinhado, a alínea f) reafirma a ligação entre a cultura e o desenvolvimento. E vai mais longe, preocupando-se em afirmar essa importância para os Países em vias de desenvolvimento, bem com a intenção de apoiar ações que promovam essa ligação.

Como veremos esta convenção culmina um longo caminho onde esta questão, a da sua consequente formulação duma política cultural ganhará relevância nos documentos da UNESCO. Contudo, essa mesma relevância dada nos documentos da UNESCO não tem correspondência nos diversos documentos sobre o Desenvolvimento, nomeadamente nos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.



A emergência e consolidação das Políticas Culturais

A Conferencia Intergovernamental de Veneza em 1970 produz o primeiro documento orientador das políticas culturais como instrumento de desenvolvimento. Trata-se duma recomendação da UNESCO sobre as políticas culturais a implementar

Em 1970, na Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros, surge um primeiro documento orientador da recomendação para a criação de políticas culturais com o objectivo de promover o desenvolvimento dos espaços territoriais nacionais.

Este movimento dá origem a diferentes reflexões e conferências regionais. Por exemplo, em Helsínquia reúne-se de 1971 a 1972 a "Conferencia Intergovernamental sobre Políticas Culturais Europeias" em 1973 em Yogyakarta, na Indonésia a "Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais na Ásia" e em 1975 na "Conferencia Intergovernamental sobre Políticas Culturais em África" que se reúne em

Acra, no Gana e que se concretiza com apoio da Organização da Unidade Africana (OUA) e que fica conhecida como Africacult- Acra 1975.

Este último encontro em Acra, no continente africano é considerado o momento em que os países menos avançados reivindicam a inclusão da dimensão da cultura como ato de desenvolvimento. Com olhos na dominação colonial do continente e da sua recente condição de autonomia consideram que "o desenvolvimento cultural não é somente o correctivo qualitativo do desenvolvimento senão a verdadeira finalidade do progresso (...) lembraram das dificuldades surgidas e os fracassos que trouxeram consigo um desenvolvimento orientado, até então, para o crescimento puramente quantitativo e material. (...) Uma aceitação mais geral do conceito de desenvolvimento socioeconómico integrado, que tenha as suas raízes profundas nos valores culturais..."

Trata-se dum momento inicial da justaposição entre cultura e desenvolvimento económico, em que o atraso derivava da situação de dominação colonial a que os povos europeus haviam sujeitado os africanos. Considerava-se portanto que o desenvolvimento e libertação eram duas faces duma mesma moeda.

Estas recomendações terão profundas implicações na América Latina, sobretudo quando considera que é necessário um diálogo entre as comunidades urbanas e rurais, entre as minorias étnicas ou "comunidades naturais". Esta questão vai colocar na agenda política latino-americana a questão dos "povos indígenas" e questionando os diferentes programas de desenvolvimento, reivindicando aquilo a que se chamará o "desenvolvimento integral".

É certo que esta é em larga medida uma visão de cultura centrada nos aspectos mais antropológicos, étnicos e mesmo exóticos. Há ainda uma ausência da dimensão da cidadania e da participação cultural com direito da comunidade. A reflexão internacional e multilateral inicia um processo de diálogo com os diferentes países e regiões geopolíticas de raízes culturais. No entanto estas conferências vão dar origem a diversas visões de cultura como componente do desenvolvimento

Em 1978 será em Bogotá, na Colômbia e Caracas na Venezuela que se reunirá a "A Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na América Latina e das Caraíbas". No informe desta conferência importa destacar a associação entre a cultura com a melhoria das condições de vida e sua contribuição ao desenvolvimento integral como um tema a

incorporar nas agendas das políticas de desenvolvimento para além das formulações clássicas. De um modo geral este documento desenvolve as propostas que surgiram em Acra em 1975.

A questão da ligação entre a cultura e o desenvolvimento torna-se complexa e polémica, suscita posições extremadas, que se vão polemizando nas conferências seguintes. Em 1982 na "Conferência Mundial sobre políticas Culturais" que se realiza no México chega-se a um acordo sobre o aprofundamento e enriquecimento dos conceitos para um debate que permita um avanço nas relações entre cultura e desenvolvimento. As conclusões deste encontro vão influenciar profundamente o trabalho da UNESCO nos anos seguintes, com base na convicção que só pode haver um desenvolvimento equilibrado dum determinado espaço se nesse projecto for incluída a dimensão cultural.

A conferência do México dá também origem à proposta da UNESCO para criar a década Mundial para o Desenvolvimento Cultural. A primeira inicia-se em 1988 e terminará em 1997, nela se desenvolvendo vários trabalhos de relevância.

Durante esses primeiros dez anos a UNESCO promoveu a concretização de diversos trabalhos de investigação sobre a relação entre a cultura e o desenvolvimento. É uma década fértil na produção de diversos trabalhos sobre as relações entre cultura e desenvolvimento.

Em diferentes lugares do mundo foram realizadas sob o auspício da UNESCO diversos trabalhos de investigação, produziram-se documentos, publicações e sobretudo foram realizada inúmeras experiências em diferentes locais. Muito deste trabalho merecerá certamente uma reflexão mais aprofundada. Basta por exemplo olhar para o "Relatório Final da Comissão" para verificar que "todas as formas de desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento humano, estão determinadas em última instância por factores culturais".

A Diversidade Criativa é estruturada a partir de uns princípios onde considera a dimensão cultural no desenvolvimento como uma forma de manter as "maneiras de viver juntos", como uma variável para o

crescimento económico e um maior bem-estar e propor um conjunto de acções concretas à comunidade internacional.⁸

Os trabalhos da Comissão levaram a convocar a Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento em Estocolmo, na Suécia em 1998. Nesta conferência destacam-se um conjunto de princípios fundamentais sobre a relação entre cultura e desenvolvimento sustentável e que “os fins do desenvolvimento humano é a prosperidade social e cultural do indivíduo”

Ora o Plano de Acção elaborado nesta Conferência dá uma elevada relevância às questões da criatividade e da inovação na criação do progresso num mundo global, constituindo a cultura um compromisso para criar condições para a paz mundial a partir da redução da pobreza.

Introduz ainda o princípio de respeito à liberdade cultural e as contribuições da cultura ao desenvolvimento; “a harmonia entre a cultura e o desenvolvimento, o respeito das identidades culturais, a tolerância pelas diferenças culturais em um marco de valores democráticos pluralistas, de equidade socioeconómica e de respeito à unidade territorial e pela soberania nacional, são alguns dos requisitos necessários para uma paz duradoura e justa”. No seu objectivo primeiro o Plano de acção recomenda aos Estados-Nações que adoptem medidas para “Fazer da política cultural um componente central da política de desenvolvimento”.

E com isto chegamos ao ano 2000 onde a Assembleia Geral das Nações Unidas, aprova a Declaração do Milénio e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que configuram o compromisso da comunidade internacional para a luta contra a pobreza e a fome. No entanto, malgrado o trabalho feito pela UNESCO, a cultura não surge associada a estes objetivos, muito embora diversos programas das Nações Unidas o passassem a ser, como por exemplo os diferentes programas do Banco Mundial, da UNICEF, da OMS entre outros.

De um modo geral todas as políticas internacionais e os organismos multilaterais para a cooperação e o desenvolvimento adoptam estas directrizes, onde a cultura está ausente.

⁸ Três conferências chave na relação cultura desenvolvimento. Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998)



Porque é que a cultura está ausente do desenvolvimento?

No postal anterior desenvolvemos a longa lista de declarações da UNESCO onde é feita a ligação entre a Cultura e o Desenvolvimento. Contudo, como iremos verificar neste postal, nas demais declarações das restantes organizações das Nações Unidas, embora esta ligação seja reconhecida, ele está ausente em termos de acções.

No primeiro postal sobre estas questões colocamos a hipótese sobre a dificuldade de operacionalizar essa ligação. Vimos também, a propósito da Declaração da UNESCO sobre a Diversidade Cultural que essa diversidade é vista como um importante ativo, que se por um lado deverá ser usada para criar melhores possibilidades de desenvolvimento, o seu não reconhecimento é apontado como causa para alguns importantes falhanços nos objetivos do desenvolvimento.

Será que essa situação se irá alterar nos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável?

Vejamos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio foram definidos em 2000. Já num artigo no *Informal Museology Studies*⁹

⁹ Leite, Pedro Pereira (2014) " Estudos sobre o desenvolvimento2 in *Informal Museology Studies*, nº 8.

avancamos um pouco nesta análise. Agora avançamos mais um pouco. A Declaração do Milénio e os ODM que a corporiza são documentos que expressam um compromisso, o possível na época (2000) entre os estados membros. É um documento que se orienta para a resolução de problemas, como a fome e a pobreza, a redução da mortalidade infantil, a educação básica, a saúde materno infantil, a igualdade de género, o combate a doenças (HIVe Malária) e a protecção do ambiente. Como corolários destes sete objetivos propõe ainda uma Parceria Global, como objectivo de governação. Entre estes oito objetivos nenhum se refere especificamente cultura.

Vimos no Postal anterior que em 1998 se havia reunido em Estocolmo, na Suécia uma Conferencia Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento. que foi discutido nesta conferência da UNESCO não influencia a declaração do Milénio, feita pelas Nações Unidas dois anos depois. Embora a cultura esteja presente de modo transversal nestes objetivos, num de forma mais directa do que noutros, não há nada que diga respeito à cultura.

Poderíamos argumentar de que há questões, que pela sua essência são questões culturais. Por exemplo as questões de igualdade de género. Não bastará legislar sobre a questão, É igualmente necessário promover uma transformação de mentalidades junto das populações. Nas avaliações sobre o grau de concretização dos objetivos essa questão torna-se evidente, com os países onde, por tradição a mulher tem um papel subalterno na sociedade, a apresentarem valores muito baixos de concretização deste objectivo. É certo que será expectável que a concretização de outros objetivos, como por exemplo a entrada das raparigas no sistema de ensino, venha, a prazo alterar esses valores. Sabemos por exemplo que pessoas mais instruídas tem melhores oportunidades de trabalho, tendencialmente terão menos filhos e mais tarde, que terão uma maior participação na sociedade, etc. Mas nem sempre esses poderão ser os resultados, ao mesmo tempo que sabemos que eles serão alcançados num horizonte temporal para lá do definido (que foi o de 15 anos).



à

O

Estamos portanto numa situação em que para além da construção de uma narrativa sobre a relevância da cultura no desenvolvimento, uma narrativa que encontrou nos países africanos recém-independentes um especial acolhimento, essa narrativa acabou por legitimar um conjunto de ações que ancoraram a consolidação de identidades locais com base na tradição, ao mesmo tempo que se procuravam criar ações a partir das realidades locais, dos saberes locais, e dos modos de estar locais para melhorar a vida das populações, para combater a



fome e a doença, para criar acesso á processos educativos, para melhorar formas de associativismo camponês, para melhorar infra-estruturas urbanas, para melhorar a gestão ambiental, evitando a delapidação dos recursos naturais.

Verificamos hoje que estas narrativas são hoje apresentadas como exemplos de boas-praticas e constituem base de roteiros para a construção de ações. Uma narrativa que não se constitui apenas na UNESCO, mas que já contamina outras organizações como por exemplo o PNUD, FAO o Banco Mundial. A questão não é contudo completamente universal. Por exemplo o FMI não dá um destaque a esta questão. Podemos dizer que há regiões onde a narrativa se apresenta de forma mais evidente, como por exemplo na Ibero América, outras com menor expressão, como no Sudoeste asiático. Em África a narrativa tem vindo a perder relevância, como se pode verificar pela ausência da palavra cultura no sítio da União Africana.

Embora seja hoje claro que o desenvolvimento já não é apenas o crescimento económico, sendo necessário acrescentar também dimensões como a saúde e bem-estar e a educação numa perspectiva de sustentabilidade, a cultura ainda não ganha relevância. Ainda se encontra posições onde a cultura é considerado um travão ao desenvolvimento, sobretudo quando cultura é confundida com tradição e modo de produção tradicional.

Há portanto toda uma nova reflexão que é necessário fazer no campo da busca de um lugar da cultura no desenvolvimento. Uma reflexão que para além dos enunciados que ligam a cultura e desenvolvimento

deverão aprofundar as formas práticas que evidenciam a necessidade de trabalhar a partir das culturas locais em diálogo de saberes.

Não é contudo certo que a questão da cultura venha a estar na agenda dos novos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio os ODS. Essa como já salientamos no trabalho "Leitura da Agenda Pós-2015" essa parece ser uma das suas fragilidades. O que é necessário fazer para colocar a cultura no centro do desenvolvimento?





O que é necessário fazer para ligar Cultura e Desenvolvimento?

No ponto anterior colocamos a questão porque é que a cultura não está ligada ao desenvolvimento. Concluimos defendendo que para além das grandes narrativas sobre a relevância da dimensão da cultura na questão do desenvolvimento, para além das grandes declarações internacionais, se verificava uma certa ausência de ações. É certo que essa ausência é mais pressentida nuns lugares do que noutros. Mas de uma maneira geral, verifica-se, que com excepção da Ibero-América, uma tendência para que essa questão se venha a diluir.

Seja por falta de meios financeiros, seja porque a cultura não seja uma necessidade humana básica (renda, alimentação, saúde, educação, urbanização, ambiente, género) com expressão do Índice de Desenvolvimento Humano. Mais, muitas vezes a cultura não surge como necessidade social.

Na maioria dos países do mundo a cultura não é olhada, ao nível dos seus planos estratégicos, seja ao nível nacional, regional ou local, como um objectivo a concretizar fora das dinâmicas normais das que já se verificam no mercado. (Indústrias Criativas).

Olhando igualmente para os processos de formação de profissionais nas áreas da cultura também verificamos que, na sua maioria, são formações

que são pouco procuradas. A investigação também encontra dificuldades de acesso a financiamentos. Também aqui verificamos a tendência da Ibero-américa de se destacar deste cenário pela positiva. Sem investigação inovadora não é possível analisar o que está a suceder e, em certa medida é impossível propor boas práticas ou roteiros para partilha de boas experiências. Não será sequer possível avançar com investigação inovadora.

Como alterar essa situação?

Quanto a Nós há dois caminhos a prosseguir:

- a) Por um lado rever tudo o que tem sido feito no panorama internacional para colocar a questão da ligação entre cultura e desenvolvimento no centro dos debates.
- b) Por outro lado promover a divulgação de experiências relevantes onde a cultura constitui um factor de desenvolvimento utilizando as ferramentas da participação cidadã e da WEB 2.0.

Nos próximos postais daremos conta de algumas reflexões neste



domínio.



Uma revisão do trabalho de ligação da cultura ao desenvolvimento

Num postal anterior já esboçamos as linhas cronológicas que levou à ideia de Política Cultural e da sua ligação ao desenvolvimento. Nele também recordamos o trabalho do nosso colega, Pedro Cardoso Pereira, sobre a Relação do Património com o Desenvolvimento (Doutoramento) e da Cultura com o Desenvolvimento (Pós-Doutoramento).

É necessário olhar para o que se passou desde no debate internacional, na UNESCO e nas Nações Unidas para entender as razões que levam, por um lado à ligação entre a Cultura e o Desenvolvimento no plano conceptual, ao mesmo tempo, em que por outro lado, as ações práticas não demonstrem a necessidade duma ligação do desenvolvimento à cultura. Ainda que em muitos casos, o não desenvolvimento seja atribuído a uma menor atenção às especificidades culturais.

Há uma questão que merece ser relevada neste domínio. Os processos de construção de Declarações, Recomendações ou mesmo Convenções, seja pela UNESCO, seja pelos demais organismos das Nações Unidas resultam de longos processos de procura de consensos e compromissos. Eles constituem um instrumento de regulação internacional, que é

vertido para os processos legislativos de cada Estado. A força de lei desta regulação internacional, embora não colida directamente com interesses internos dos estados, muitas vezes colide com interesses particulares instalados. Se os grandes princípios não são colocados em causa, há sempre modos de aplicar que os tornam mais ou menos eficientes. Por isso muitas vezes se ouve que a ONU estabelece grandes princípios que são pouco efectivos.

Há no entanto, no âmbito da questão do Desenvolvimento, um novo processo que se instalou, por via da Declaração do Milénio e do Estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que não constituindo um instrumento legal (Convenção) acabou por influenciar profundamente o modo de agir da comunidade em relação a esses objetivos. Na avaliação que tem vindo a ser feita dos ODM, para além dos resultados obtidos e das dificuldades sentidas em alcançar alguns deles em diferentes regiões, muitas vezes se afirma que estes objetivos, praticamente monopolizaram as agendas internacionais, impedindo que outros objetivos ou outras agendas encontrassem espaços de afirmação.



Ora isto explica em parte a razão de que apesar das várias declarações e da ligação que nelas é feita entre cultura e desenvolvimento, da sua defesa por parte dos profissionais e mesmo do esforço de investigação, esta agenda se tenha tornado secundária em relação às ações do desenvolvimento mais "duro":

A evolução da relação da cultura com o desenvolvimento no plano das organizações internacionais, estados e multisectoriais

Ora os instrumentos mais relevantes na UNESCO disponíveis são (listagem não exaustiva):

- 1972 Convenção Património Mundial Cultural e Natural.
- 2001 Declaração sobre a Diversidade Cultural
- 2001 Convenção sobre a Protecção do Património Cultural Subaquático
- 2003 Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial

- 2005 Convenção sobre a Protecção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais
- 2011 Recomendação sobre as Paisagens históricas, incluindo um glossário

Os instrumentos mais relevantes no Campo do Desenvolvimento podem ser encontrados

- Relatórios do PNUD (Agencia das Nações Unidas para o Desenvolvimento) sobre Desenvolvimento Humano
- 2014 Relatório sobre Desenvolvimento Humano
- Relatórios do Banco Mundial
- Relatórios do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas
- Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento,
- 2005 Reunião de Doadores, março 2005

Estes documentos são fundamentais para entende de que forma é que alguns países integram a estratégia da cultura no campo do desenvolvimento. Há alguns países europeus que já o fizeram, eis alguns exemplos não exaustivos:



- "Navigating culture: A road map to culture and development". , Finland 2000
- Denmark Culture and Development – Strategy and Guidelines, Danida, Copenhagen.
- Swiss Agency for Development and Cooperation,
- Estratégia Cultura e Desenvolvimento da Cooperação Espanhola (2006)
- Culture and Media in Development Cooperation, Suécia, 2006.

Tal como outros países que incluem a cultura nos programas de cooperação (França, Grã-Bretanha, Alemanha, USA, Canadá, Japão, Brasil, China, etc.

Em suma, no campo do desenvolvimento quer países quer organismos internacionais multilateral, como o Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Mundial do Trabalho, organizações regionais

(Banco Interamericano para o Desenvolvimento ou mesmo a organização Estados Americanos) acabam por iniciar de diferentes modos a integração da cultura nos programas de desenvolvimento. Estas diferentes formas de olhar para a cultura e o desenvolvimento reflectem, que o desenvolvimento teórico quer a avaliação dos diferentes processos em curso.



Aprofundando informação e documentos

Na sequência da Declaração do Milénio e da adopção da Declaração dos Objectivos do Milénio estes documentos passam a constituir a estrutura de orientação do desenvolvimento. Como já verificamos mais acima, nesta declaração não há uma referência explícita à questão cultural. A cultura argumenta-se é transversal às diferentes questões e está quase sempre presente nos debates. Contudo não existem, salvo algumas excepções, medidas efectivas relacionadas com a cultura.

Por exemplo em Portugal, as questões do desenvolvimento são tratadas pelo Instituto Camões. O Instituto da Cooperação e da Língua, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros. À partida poderíamos pensar que haveria uma ligação entre língua e cultura, pelo que aqui haveria uma ligação entre as questões da cooperação, ou da ajuda ao desenvolvimento. Mas facilmente percebemos que não existe essa relação ao nível dos programas e projecto, sendo que a questão da língua e da cultura é trabalhada numa perspectiva do ensino. A cultura surge fundamentalmente em termos de acordos culturais. É necessário também não esquecer a questão da lusofonia, que nos afastaria deste tema, mas que já trabalhamos noutros postais. Chama-se ainda a atenção para a tradição portuguesa de desenvolver uma Ajuda ao Desenvolvimento através de diferentes ministérios, como o caso da

educação, saúde, defesa, administração interna, justiça, etc. Podemos pois encontrar no antigo Ministério da Cultura, hoje reduzido à categoria de Secretaria, algumas acções de desenvolvimento cultural, no campo do património e das artes, em regra sem uma ligação explícita à questão do desenvolvimento. Essa ligação emerge nas questões das políticas públicas, sempre na sua ligação entre a cultura como criador de riqueza.

Ainda em Portugal é necessário ter em linha de conta algumas organizações que por tradição efectuem uma ajuda ao desenvolvimento. Tal é o caso da Gulbenkian, da Fundação EDP, Fundação Oriente, Fundação Luso Americana com diferentes escalas de envolvimento. Mantém-se contudo a situação em que fora da formulação de políticas públicas internas, a questão da ligação entre cultura e desenvolvimento não é operacionalizada através de programas específicos.

Em muitos países, a Ajuda para o Desenvolvimento é canalizada através da criação de Fundos. Por exemplo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e a UNESCO propôs em 2006 a criação dum projecto sobre um sistema de conhecimento sobre Cultura e Desenvolvimento a integrado no sistema de Gestão do Fundo do Milénio. Em 2013 este sistema produziu um relatório sobre Cultura e Desenvolvimento. Um relatório que é posteriormente completado com um contributo para os ODS que a partir de 2015 se irão discutir. Em 2010 o relatório resumido apresentado ao Secretário-Geral da ONU aborda esta questão.



Também na União Europeia a questão da cultura e a diversidade cultural como factor de desenvolvimento. São muitos os trabalhos que fazem a ligação entre a cultura e o desenvolvimento. Em 2010, em Girona, a Comissão Europeia impulsiona um debate sobre a Cultura como factor de desenvolvimento que tem repercussão sobretudo no mundo francófono e espanhol. A questão da economia criativa e das indústrias culturais vai encontrar alguma repercussão nestas questões. Não cabe no entanto aqui detalhar esse assunto, deixando-o para uma outra ocasião.

Interessa apenas aqui concluir a partir da revisão de literatura que aquilo que a UNESCO tem vindo a defender "a ligação entre cultura e desenvolvimento" se tem vindo a projectar como tema de debate e reflexão, mas não entronca directamente nos programas das Ajudas Internacionais ao Desenvolvimento. Há um avanço no âmbito da promoção de declarações, sem um avanço correspondente ao nível das práticas da Ajuda Internacional.

A questão parece estar a orientar-se neste momento para um reforço da evidência do papel da cultura na criação de riqueza nos países do centro, com uma ausência da cultura como factor de desenvolvimento



nos países periféricos, onde ainda se continua a privilegiar os mecanismos clássicos da Ajuda ao Desenvolvimento

Em termos de bibliografia valerá a pena consultar a publicação da Unesco, de 2007, onde apresente uma bibliografia seleccionada sobre a questão da diversidade cultural, na sequência da aprovação da Convenção sobre a Protecção e Promoção Diversidade Cultural, que como já referimos acima contém explicitamente esta questão no seu artigo 13º.

Quando em 2010 as Nações Unidas convidam a uma maior integração da cultura nas políticas e estratégias de desenvolvimento, isso representa sem dúvida um importante reforço desta problemática. A questão tem vindo a tornar-se mais visível. Há no entanto ainda uma dificuldade de definição de práticas. Aqui o nosso colega Pedro Cardoso Pereira, cujo trabalho acima referimos, deu um importante contributo teórico.





Cidadania, cultura e desenvolvimento

No postal onde abordamos a relação entre a cultura e desenvolvimento, defendemos que era necessário, por um lado fazer uma revisão sobre o trabalho feito, e por outro analisar as ferramentas de participação cidadã e pensar em termos de alternativa de ação.

Vimos no postal anterior que se deu um importante avanço teórico no campo da relação entre cultura e desenvolvimento. Verificamos que esse avanço se foi consubstanciando em importantes declarações nas organizações internacionais, que várias delas, entre as quais a União Europeia e a UNESCO desenvolveram reflexões e se esforçaram por integrar essas conclusões no campo das suas políticas públicas. Avançamos com a hipótese de que esse posicionamento teve um efeito positivo no incremento das indústrias culturais e da economia criativa. Sabemos que quando falamos de inovação, quase sempre se verifica a necessidade de associar ou aglutinar a cultura enquanto elemento catalisador. Neste postal vamos analisar as possibilidades de ação.



A implementação da relação cultura e desenvolvimento

Uma das questões que entretanto verificamos, em relação às questões da ação, é que no Campo da Ajuda ao Desenvolvimento, processo pelo qual são financiados praticamente todas as atividades do desenvolvimento, é que existe uma diferença entre o norte e o sul. Nos países do norte, a cultura é abordada como indústria cultural ou como economia criativa. O seu papel no desenvolvimento surge pela procura do seu efeito multiplicador, ou se quisermos criador de riqueza na economia. Acresce os benefícios da cultura para o bem-estar geral e para a criação de inovação.

Já pelo contrário, no Sul, menos desenvolvido verificamos que a cultura embora seja considerada como um valor a incluir no desenvolvimento, as está normalmente ausente das práticas na Ajuda ao Desenvolvimento aos países periféricos.

Esta é uma situação que decorre fundamentalmente a ideia de que o desenvolvimento é destinado aos países do sul. Esta situação é responsável por uma "dupla consciência", em que o que é válido a norte, não é considerado como relevante para o sul, ainda que o fim (o objectivo) seja o mesmo. Estamos perante um caso de relevância fenomenológica. Num lado, um processo onde os meios são favoráveis aos fins, do outro lado, um processo onde os meios não são incluídos nos fins.

Como vimos apesar da Convenção da UNESCO de 2005 integrar esta relação, de em muitas das declarações sobre a relação estreita entre a cultura e o desenvolvimento, o que sem dúvida é um grande avanço, concluímos que a cultura ainda é um factor menor quando se fala de desenvolvimento.

Ou seja tomando como exemplo a relevância da diversidade cultural elemento de desenvolvimento. Apesar da consciência da diversidade, não podemos esquecer que por todo o mundo, em nome desse desenvolvimento e através de projetos, que são sujeitos os processos de aprovação das mesmas organizações que definem esta relação, essa mesma diversidade é colocada em questão. Os projetos não são construídos a partir das realidades locais, mas sim das realidades dos dadores.



Estaremos perante um daqueles paradoxos em que olhando para a diversidade cultural verificamos que está a ser destruída ou a ser processadas (recriadas). Erosão de valor para criar outro valor, potencialmente superior, ou partir do valor pré-existente para acrescentar valor?

É certo que a ideia de desenvolvimento é uma invenção. Mas será que podemos continuar a tolerar, por exemplo a violação da cultura local, para impor culturas de nível superior. É uma primeira questão de controvérsia. E talvez por isso esteja ausente das agendas da Ajuda ao Desenvolvimento. A questão da agenda da política de ajuda não será fácil.

E já acima verificamos que apesar de em 1998 o Plano de Ação da UNESCO na Conferencia de Estocolmo, isso não influenciou a definição da Agenda dos Objetivos do Milénio. Também já salientamos que isso demonstra a dificuldade de articulação entre várias agências das Nações Unidas. Há que pensar como ultrapassar este impasse.

A questão para resolver passa pela procura da alternativa para a cooperação internacional (ou a Ajuda ao Desenvolvimento) ser capaz de

alocar a cultura (a diversidade como criatividade e capacidade de criar inovação) como instrumento de desenvolvimento da economia. Isso implica naturalmente colocar os indivíduos e as comunidades no centro da construção desse desenvolvimento. Ao invés de exportar modelo, a cooperação deverá construir modelo a partir das realidades locais. Só assim fará sentido a assunção de que a cultura é um factor de desenvolvimento. A Ajuda ao desenvolvimento como um processo de criar capacidade de intervenção local.

Também como já verificamos mais acima, tem sido a progressiva consciência desenvolvida pelos países menos avançados sobre a necessidade de incluir a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, que leva a que essa questão ganhe relevância nas estratégias. Uma situação que surge fundamentalmente ao nível declarativo, e raramente ao nível dos programas e ações dos doadores. Localmente há governos que continuam a estabelecer programas e estratégias, que raramente acabam por beneficiar das ajudas internacionais.





A formação de estratégia das políticas culturais

Em vários países podemos verificar a existência de planos e estratégias de ação cultural. Há também um amplo referencial estatístico que recolhe dados sobre a contribuição da cultura para o desenvolvimento¹⁰. Há inclusive quem defenda a necessidade das empresas implementarem um novo paradigma de relação com o mercado, em que ao invés dos produtores determinarem o que é que os consumidores consomem, que tem vindo a gerar aquilo a que consideramos a uniformização dos consumos com a consequente perda das diversidades locais; são os consumidores com a força da sua cultura local que escolhem o que querem consumir localmente. Defende-se portanto que as empresas que sobreviverão no mercado serão as que foram capazes a aproveitar o potencial local. As chamadas comunidades de consumidores. Isso seria também relevante para criar inovação A economia criativa é um amplo segmento que não cabe a aqui abordar. Há no entanto salientar aqui as suas ligações a sectores mais tradicionais, como a relação com o turismo, com a educação, entre outros serviços.

¹⁰ Instituto de Estatísticas da UNESCO (2009): Marco de Estatísticas Culturais da UNESCO – 2009, UNESCO, Montreal; e UNESCO (2011): Bateria de indicadores de Cultura para o Desenvolvimento, UNESCO, Paris. (<http://www.unesco.org/new/es/culture/themes/cultural-diversity/cultural-expressions/programmes/culture-for-development-indicators/>)

A dimensão da cultura seja através de planos e programas, seja através de ações, emerge já como um elemento fundamental do desenvolvimento. Ele no entanto emerge como um elemento muito próximo da governação local, das ações das comunidades. E esta é um primeiro elemento a reter na formulação de estratégias de ação. A da necessidade da cultura ser pensada numa escala local. É nessa escala, a da comunidade que a relação produz efeitos óbvios. Não são os grandes planos de cultura que geram efeitos, mas sim a multiplicidade de ações de diferentes atores nos seus diferentes contextos.

A relevância da participação dos cidadãos e das organizações que estes vão criando são os instrumentos mais relevantes da implementação duma estratégia de desenvolvimento com incorporação da diversidade cultural. Uma conclusão óbvia que implica o reconhecimento duma agenda de ação.





As agendas das práticas culturais que geram desenvolvimento.

No postal anterior chamamos a atenção para a dinâmica local das intervenções no campo de diversidade cultural que estão a gerar desenvolvimento. Neste último postal sobre esta questão vamos olhar sem uma preocupação sistemática para algumas agendas sobre práticas culturais a partir das nossas observações empíricas. Trata-se duma listagem de observações de um contexto muito dinâmico com instrumentos de observação ainda muito pouco formalizados.

A primeira observação a fazer é que é necessário superar a visão de disciplinas. A cultura e o desenvolvimento é um todo e está em todo o lado. Trata-se dum fenómeno Transdisciplinar. Isto levanta a questão de que em todos os programas, para além da teoria, é necessário definir os objetivos de ação.

Segundo, se a cultura e o desenvolvimento são comuns, há que abandonar a tradicional definição de objetivos dos programas de ajuda ao desenvolvimento. Questões como o que é que deve ser feito em cada lugar, como deve ser feito e que resultados deverão ser obtidos deverá deixar de ser definidos de igual forma para todos os lugares. Isso parece ser improvável, num momento em que se redefinem os novos objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A questão é saber então se é possível

estabelecer compromissos a nível global, suficientemente amplos, para permitir ajustamentos locais.

Terceiro, se a cultura é tudo, ele deverá estar no centro das práticas. Se a cultura permanece como algo de distantes, não prioritário em questões como a fome, a educação, a saúde, o ambiente, ou a energia, ele nunca estará no centro das práticas sociais.

Quarto, apesar de tudo os trabalhos com grupos e com comunidades subalternizados tem mostrado a elevada relevância dos processos culturais para criação de processos de integração e reconstrução de sociabilidades. Isso é evidente te nos grupos:

- Mulheres,
- Emigrantes,
- Trabalho com comunidades pobres, com fome e marginalizadas
- Grupos minoritários
- Povos indígenas

Quinto, sendo evidente o benefício de partir do lugar da cultura para a construção de políticas publicas, globais e locais, há que procurar incluir os atores nos processos de formulação dessas políticas.

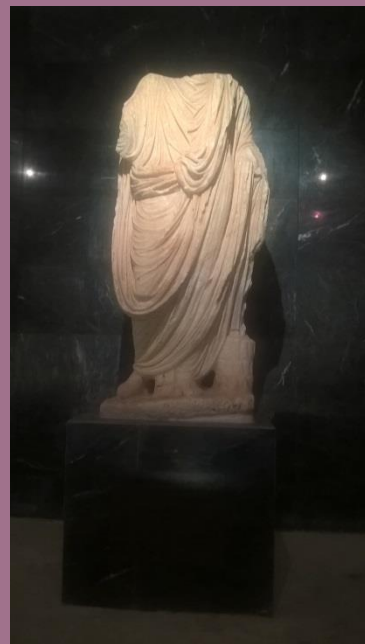
Será necessário portanto

- Aprofundar a análise da transversalidade da cultura, nos âmbitos das políticas de desenvolvimento. É necessário repensar a cultura se dissolve em outros sectores, ou assume a sua especificidade
- É necessário repensar a questão dos “direitos culturais da diversidade cultural”. É um campo de tensão entre a conservação e a recuperação ou revivalismos de identidades, ou mesmo de instrumentos de projecção estratégica, e o processo criativo de construção de riqueza. Há em muitos locais, sobretudo na América do Sul uma grande riqueza de projetos culturais que desenvolvem novas práticas que reforça a manutenção dos projetos culturais na agenda política. Algumas práticas que emergem no campo do património (por exemplo pontos de memória) são exemplos de criação de reconhecimento criativo da diversidade;



se

- É também necessário não esquecer que na segunda metade do século XX são criadas diversas instituições governamentais, (ministério, direcções cultural, serviços culturais que criaram um corpo de profissionais que configuram a emergência dum campo de políticas públicas para a cultura. Um campo que contagia a intervenção das empresas, quer em praticas quer como espaço de poder simbólico.
- Apesar da abundante literatura sobre a questão a investigação sobre a relação cultura desenvolvimento ainda não é um campo de resultados consolidados nas ciências sociais, uma situação que se tende a manter devido à falta de financiamento para estas pesquisas.



Em suma

O excesso de retórica, entre concepções generalizadores e amplas do conceito de cultura e o discurso político centrado no objeto não permitem uma clareza na relação entre cultura e desenvolvimento. Isso produz, dum lado opinião do elevado valor da cultura para o desenvolvimento, face à opinião céptica da sua rela eficácia.

Isso tem lavado a procurar analisar com maior clareza a contribuições da cultura para o desenvolvimento. Essa contribuição leva em linha de conta a dimensão da intangibilidade da cultura. O seu valor expressa-se no tempo mais largo, não sendo evidente no tempo curto dos projetos. Nesse sentido, a ausência da dimensão cultural está ausente na avaliação dos projetos. Na nova economia, a expressão da imaterialidade tende a ganhar relevância, pelo que emerge uma oportunidade de inclusão duma análise mais profunda.

A cultura apresenta neste domínio uma vantagem no campo da cooperação para o desenvolvimento, o de se apresentar como um espaço de experimentação, cujos resultados poderão ser transmitidos a outros sectores da economia. A cultura é indispensável ao processo de reconhecimento e encontro entre os indivíduos e grupos nas nossas sociedades modernas. Trata-se portanto dum domínio de intervenção global com agentes ou atores de base local.

Há uma esperança no ar de que haja uma maior presença da cultura nas políticas de desenvolvimento a partir da contribuição desde propostas teóricas e executivas eficazes, ao fim comum de conseguir uma maior eficácia dos compromissos na luta contra a pobreza a nível internacional e os objetivos para o post-2015.





Os Indicadores UNESCO para a Cultura e Desenvolvimento¹¹

Os Indicadores de Cultura da UNESCO para o Desenvolvimento (IUCD) são um instrumento de avaliação das políticas de promoção cultural e permite avaliar, através de fatos e números, o papel multidimensional da cultura nos processos de desenvolvimento.

Os 22 Indicadores IUCD compreendem 7 dimensões chave e permitem demonstrar com dados de que modo a cultura e o desenvolvimento se influenciam e enriquecem mutuamente, avaliar o contexto para potenciar os recursos e os processos culturais para beneficiar os processos de desenvolvimento e dar uma visão de conjunto das oportunidades e desafios no plano nacional para orientar as políticas culturais e as estratégias de desenvolvimento com o objectivo de aproveitar cabalmente as possibilidades dadas pela cultura.

Objectivos

Los IUCD fornecem um quadro comum aos atores da cultura e do desenvolvimento para integrarem de forma mais eficaz a cultura nas

¹¹ <http://es.unesco.org/creativity/iucd>

políticas e estratégias de desenvolvimento. A metodologia da IUCD proporciona novos dados para criar capacidades a nível nacional para::

- Valorizar os dados estatísticos e de informação nacional sobre a cultura e o desenvolvimento;
- Orientar as políticas culturais para o desenvolvimento;
- Valorizar o papel da cultura na formação de estratégias e programas de desenvolvimento, nacional e internacional;
- Enriquecer uma base de dados sobre cultura e desenvolvimento à escala mundial

Contexto

A função da cultura no desenvolvimento não é hoje apenas reconhecida pelos atores culturais, como também tem vindo a ser crescentemente reconhecida pelos atores que



trabalha as questões do desenvolvimento sustentável. São vários os documentos que reconhecem a relevância da cultura como motor do desenvolvimento sustentável e como instrumento da sua facilitação, definindo caminhos a seguir para formular uma nova agenda para o desenvolvimento. Entre eles destaca-se A Convenção da UNESCO sobre a Protecção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005, o primeiro acordo internacional que vincula juridicamente os eixos de integração da cultura e do desenvolvimento sustentável, assim como las resoluções 65/1 e 65/166 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 2010.

Apesar deste contexto promissor, até ao momento tem sido difícil recolher dados quantitativos para medir o contributo da cultura para o desenvolvimento o que contribui para marginalizar a cultura das estratégias de desenvolvimento nacionais e internacionais. A UNESCO e a Secretariado da Convenção de 2005 desenvolveu os IUCD para responder a este problema.

Os IUCD foram concebidos como um instrumento pragmático e eficaz que orienta a elaboração e análise dos indicadores com fins normativos nos países de baixo e médio rendimento. Os IUCD apresentam a oportunidade de reforçar os argumentos a favor da inclusão da cultura nas estratégias e programas relacionados com o desenvolvimento ao

proporcionarem uma demonstração empírica da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico e o bem-estar e progresso social. Por conseguinte os IUCD facilitam a aplicação da Convenção de 2005 e das resoluções das Nações Unidas relacionadas com a cultura e o desenvolvimento.

Os IUCD preenchem a uma lacuna sobre a ausência de dados e a geração de novos conhecimentos. Facilitam a recolha de informação base para argumenta a relevância do papel da cultura na agenda das Nações Unidas sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável pós-2015.

Metodologia inovadora

As ferramentas das IUCD proporcionam um guia, passo a passo para a construção e análise de 22 indicadores que destacam a contribuição multidimensional da cultura a nos processos de desenvolvimento que analisa.



7 Dimensões

Os Indicadores UNESCO de Cultura para o Desenvolvimento (IUCD) analisam 7 dimensões chave e oferecem uma visão global das interpelações entre cultura e desenvolvimento.

1. Economia - Mede a contribuição da cultura para o desenvolvimento económico;
2. Educação - Analisa a prioridade dada à cultura no interior do sistema educativo, tanto como um catalisador para a inclusão como para a diversidade;
3. Governação - Examina o sistema nacional de gestão cultural;
4. Participação Social - Ilustra o impacto das práticas, valores e atitudes culturais sobre o progresso social;
5. Igualdade de Género - Avalia o contributo da cultura na aquisição e percepção da igualdade de género;
6. Comunicação - Analisa as condições existentes para a difusão e acesso aos conteúdos culturais.
7. Património - Avalia as políticas públicas para a protecção, promoção e sustentabilidade do património.

O desenvolvimento destas questões merecem o desenvolvimento dum projecto específico para a lusotopia.





Conclusões

Concluindo o trabalho, sem procurar esgotar a questão e procurando avançar na análise dos desafios das políticas culturais no tempo da globalização, a face à ausência da cultura nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, importa não esquecer que:

1. As políticas culturais foram no passado importantes instrumentos de afirmação das identidades nacionais. Isso implica que a questão da cultura, mesmo que ausente dos fóruns sobre o desenvolvimento, estará sempre presente em cada nação como elemento fundador dos valores e da ética da ação.
2. A questão da política cultural, mesmo ausente dos objetivos de desenvolvimento, estará presente no campo da política internacional, pois será através dela que serão feitas as leituras sobre a diversidade cultural, os direitos humanos, a dignidade humana, os princípios da educação, saúde, igualdade de género, inclusão. A relação social, económica e ambiental é sempre mediada pela cultura de cada lugar, e como tal uma dimensão de análise da política internacional.
3. A questão das políticas culturais estará sempre presente na análise dos processos e avaliações dos programas de desenvolvimento.

Será através dos grupos de cidadania, dos seus processos de organização, de decisão, de formação de redes colaborativas ou hierárquica que as ações serão implementadas. Os resultados dependerão dos modos como serão implementadas as ações e isso depende das condições em que cada agente atua.

4. Finalmente, as políticas culturais estarão presentes da formação dos novos media. Estes novos instrumentos de comunicação, interactivos mobilizam redes e disseminam ideias. A captura dos normativos e princípios será certamente influenciado pela forma como cada cultura atribui relevância a cada tópico.

Não será portanto irrelevante para as nossas análises sobre as políticas culturais no âmbito das políticas de desenvolvimento acompanhar as mutações que tem ocorrido. Sem dúvida que essa questão



merce uma investigação mais aprofundada e mais ampla. Será necessário ampliar as análises dos contributos da cultura para o desenvolvimento e o papel dos seus atores e organizações.

Será necessário entender o contributo da cultura para a formação de atividades de emancipação social sustentáveis, isto é, ao mesmo tempo de desenvolvem a capacitação individual e colectiva dos agentes e organizações, são também elas organizações da economia solidaria e mutualista, capaz de assegurar modos de vida adequados ao processo de transição.

A cultura é um importante instrumento que permite entender a escala global dos problemas e gerar mecanismos locais de resolução. Esta capacidade de criar escalas locais de resolução para os macro problemas será a chave necessária aos processos de desenvolvimento sustentável.

Os processos culturais, urbano ou rurais, são hoje processos económicos relevantes. Atraem investimentos, mobilizam recursos. Como diz George Yudice a cultura é hoje um recurso económico que importa mobilizar (Yudice, 2006) Seja no campo das indústrias culturais, seja na economia criativa, no campo da propriedade intelectual, seja ainda na economia do turismo, a cultura pode tornar-se num produto de consumo que importa

compreender e gerir de forma adequada. Mais é um recurso inesgotável, pois parte do ser e dirige-se para o ser. Implica portanto uma possibilidade de ultrapassar a objetivização (transformar em mercadoria) da ação humana, para a tornar numa relação intersubjectiva (num processo emancipatório)

A questão da relação conflitual entre uma cultura elitista ou uma cultura popular implica um posicionamento dos atores culturais. É isso que defende Yudice na sua concepção de "*cultura como recurso*", proposta que o autor tem vindo a defender quando afirma que a *absorção da ideologia da sociedade disciplinar tem vindo a ser substituída na globalização por uma pela ideologia da racionalidade económica e ecológica* (id.idem).



Segundo Yudice as indústrias culturais, ao procurarem trabalhar sobre a preservação da tradição nas práticas comunitárias dos territórios, constituem um dos mais importantes recursos para manter a diversidade cultural. Mais, esse movimento de preservação das identidades culturais transporta um potencial de mobilização de atores. Esse processo gera movimento e energia na economia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável. Uma proposta de resolução para as questões contemporâneas.

Segundo Yudice, a formação do conceito de cultura, formado no século XVIII, está intimamente relacionado com o conceito do progresso tecnológico. Essa ligação fundamentou a sua associação, por um lado a algo que surge como resultado de uma vida em contexto civilizacional, ao mesmo tempo, em que nesse contexto, por outro lado inrrompe como um ato criativo. A criação da arte é um momento transcendental, tal como na máquina a evolução tecnológica, transcende o estágio anterior.

No mundo globalizado, entre as décadas de sessenta e noventa do século XX, a cultura perdeu a sua "transcendência" e foi apropriada pelos movimentos sociais. Nuns casos, como na América do Sul, gerando fluxos de movimento voltados para a questões sociais, noutros casos,

como por exemplo nos países do norte, gerando movimentos de massa que se transformam em processos económicos, geridos por atores sociais. Os grandes festivais, de musica e a produção de discos, depois eventos de todos os tipos de criatividade, gerando feiras e outros festivais, em torno do livro, do cinema, da moda, do artesanato, inundam as grande cidades do norte, gerando uma relevante economia.

Essa economia criativa e sus industrias culturais, com as suas agendas próprias e com os seus agentes e atores mobilizados em torno de diferentes projetos acabam por obrigar ao ajustamento das políticas publica culturais aos seus objetivos. Os processos de ajustamentos estruturais e os processos de desinvestimento em políticas públicas, levaram a que as políticas públicas culturais se orientassem essencialmente para processo de distribuição de recursos, abdicando dos processos de intervenção direta e estrutural.

Em parte a perda da transcendência da cultura e a sua transformação em economia cultural explica o afastamento da cultura como instrumento de ação colectiva de emancipação.

Em parte explica o alinhamento dos processos culturais às lógicas do crescimento económico capitalista, da produção de mais valias, da apropriação individual da ideia através da propriedade intelectual, e a mercantilização dos seus produtos. A economia cultural no fundo demonstrar não só o contributo das atividade culturais para a riqueza duma economia, coma também um processo de transformação das atividades sociais em produtos. Em suma a apropriação do trabalho criativo pela logica de mercadoria.

Se a globalização da cultura, e sobretudo se as políticas culturais públicas demonstram um alinhamento entre a cultura e o sistema económico de mercado globalizado, elas também demonstram uma



importante transformação as práticas dos atores sociais. E essa é quanto a nós a relevância que da proposta de trabalho de Yudice. A proposta de que paralelamente à mercantilização da cultura e do seu alinhamento com os processos económicos globais (Yudice chama-lhe fluxos), os atores culturais globais também são construtores de alternativas de emancipação social.

Mais uma vez olhando para o panorama da América do Sul, sobretudo nos casos do México, Brasil e Argentina, mas poderíamos ampliar essa



análise para as cidades de África, da Europa e da América do Norte, os trabalhadores da cultura não cessam de afirma das especificidades dos territórios, dos seus modos de vida, de desenvolver os seus produtos, incluindo a sua resistência aos processos globais.

Os agentes culturais ousam afirma as suas diferenças, atrevem-se a procurar processos de vida alternativos que escapam às lógica de mercantilização da produção e do trabalho. Mostram a afirma os riscos sociais, introduzem no debate público novas agendas de emancipação, defendem causas e contribuem para a afirmação da cidadania.

Se olharmos para a produção destes grupos de activistas sociais, nas sua músicas de formas de expressão artísticas verificamos que eles se externalizam, produzindo os mesmo produtos, foras das lógica do mercado global, afirmando as suas ideias. Mais, escapando também às lógicas de urbanidade hegemónica, procuram formas de vida sustentáveis e alternativas, levando, por exemplo à transformação dos espaços verdes da cidade, de espaço de contemplação a espaço de

usufruto, seja através de hortas urbanas ou comunitárias, seja como espaço de espetáculo. Podemos mesmo ver que estas comunidades alternativas iniciaram igualmente processos de apropriação de espaços comerciais, procurando vender produtos fora das lógicas das grandes marcas, procurando localizar a produção, ou se quisermos a integrar a experiência da produção local.

As cidades são hoje espaços de disputa cultural onde estão a emergir alternativas de emancipação social, experiências de cidadania e construção de alternativas. A cultura deixou de ser algo transcendental, para se tornar em experiência de emancipação social.

Deste modo, os processos culturais e os agentes de cultura continuarão a estar na primeira linha dos processos de construção dum mundo sustentável. A cultura é um instrumento indispensável para a construção da transição da economia do carbono e dos fluxos irracionais de marcadorias, para economias alternativas, de baixo carbono e valorização das produções e consumos locais. Um instrumento de produção de práticas ambientais sustentáveis, e um instrumento de construção de alternativas de emancipação social.

A construção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deixou de fora a cultura, mas ela teima em não deixar de se reinventar. Cabe aos agentes culturais procurar construir essas alternativas. Uma alternativa que ainda segundo Yúdice passa por uma apropriação da tecnologia

O uso das tecnologias amplia os instrumentos de ação dos atores culturais. A economia da cultura está baseada na experiência e no encontro. A tecnologia na economia criativa não é um processo de construção de alienação, mas torna-se num instrumento de construção de experiência.

Os atores sociais podem, através do uso das tecnologias, que hoje estão disseminadas, a custos acessíveis e facilmente manipuláveis, apropriar-se de experiências. As tecnologias permitem por exemplo traduzir



experiências concretizadas em outros lugares e adapta-las aos contextos locais. Permite fazer dialogar experiências e permite que a sua experiência seja também um processo de encontro. A cultura permite quebrar também a relação instrumental do uso da tecnologia, e como demonstram as novas práticas culturais, torna-la num instrumento de construção da emancipação social através da experiência.

Uma experiência que segundo Yúdice, e recuperando a teoria das quatro “*epistemes*” de Foucault permite a emergência da performatividade (Foucault, 1969).

Recordando brevemente Foucault, os quatro sistemas de pensamento são: a **semelhança**, que corresponde aos processos de conhecimento do renascimento (Séculos XV e XVI), onde a



conhecimento é procurado por analogia; o de **representação**, que corresponde ao barroco (séculos XVII e XVIII), onde o conhecimento é procurado por um sistema de identidades e diferenças; o **historicismo**, que corresponde ao positivismo (séculos XIX e XX), onde o conhecimento é procurado pela circulação de dinâmica de epistemes dentro do texto; e o performace, (a partir da segunda metade do século XX), onde o conhecimento é visto mais do que uma instrumentalidade, uma sequência de performances. Os atos performativos de Foucault pressupõem que eles ocorrem porque entre os sujeitos se gera uma prática reflexiva sobre os modelos dominante numa dada formação cultural. Uma prática que pode enfrentar ou não os modelos hegemónicos em função das suas proximidades ou distanciamentos.

A episteme performativa de Foucault abre a possibilidade de percepção das fissuras nos produtos culturais hegemónicos. É através da apropriação dessa oportunidade gerada pela ação performativa que se podem gerar produtos subversivos. A performatividade subversiva é gerada por atores subversivos, atores que são capazes de tomar consciência do seu posicionamento social, gera a construção de produtos culturais que enfrentem os produtos hegemónicos oferecidos pelo agenciamento das ofertas culturais dominantes.

Deixaremos a análise do Foucault e Yudice para outro lugar. Aqui apenas no interessa acentuar o papel destes “actores subversivos” como produtores de cultura como valor económico de de emancipação cultural. As experiencias performativas permitem reconcertar os sujeitos e as comunidades com os ritmos do mundo e recriar os seus próprios ritmos.

Por isso temos vindo a propor o método sociodramático (Leite 2012 e Leite, 2014) como instrumento de ação no campo da museologia dos estudos patrimoniais e dos estudos culturais. Uma proposta de investigação-ação que procura capturar as



experiências de sujeitos em contexto. Procurar criar a consciência de pertença grupal e cultural em contexto de espacialidades e temporalidades descontínuas e fomentar a construção de ações contra hegemónicas e alternativas. Uma proposta que procura partir dos núcleos de vida cultural a capturar os processos de recomposição e negociação dos sistemas de relação dos atores.

A cultura é um importante e indispensável recurso, diríamos mesmo laboratório, para produção de manifestações locais que procuram diversas linguagens alternativas à hegemonização das grandes narrativas e dos produtos globais.

Bastará apenas recordar que se os ODS são grandes narrativas globais, as suas concretizações são sempre locais e obrigam ao ajustamento às especificidade e diversidades de cada espaço e de cada sociedade. Será muito difícil, num futuro próximo em contexto de revisão destes ODS, que esta questão não seja novamente levantada.

A cultura como um processo que problematiza o conhecimento global e permite a experiencia criativa local. Um processo que estimula o imaginário social na procura da inovação e que se constitui como ponto de partida para a partilha de boas soluções e boas práticas. No fundo a construção da relevância da diversidade cultural.





Bibliografia

- ABREU, Regina, e CHAGAS, Mário (orgs.), (2003). *Memória e Patrimônio: Ensaio Contemporâneos*, Rio de Janeiro, DP&A Editores, 316 páginas
- AMARO, Rogério Roque, (2003). "Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em prática de renovação", in *Cadernos de Estudos Africanos*, Lisboa, CEA /ISCTE, pp 35-70.
- ANDERSON, Ruth Benedict (1991): *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 224 páginas
- APPADURAI, Arjun, (2004). *Dimensões Culturais da Globalização*, Lisboa, Teorema, 2004, 304 p.
- APPADURAI, Arjun, (2010). *Diálogo, Risco e Convivialidade, Podemos Viver Sem o Outro: As possibilidades e os limites da Interculturalidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/ Tinta da China, pp 21- 38
- BEIROCH, Paulo, (1986) "Desenvolvimento", in *Enciclopédia*, Volume 7 – *Modo de Produção/Desenvolvimento/Subdesenvolvimento*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp 364-429
- BENEDICT, Ruth, (1959). *Padrões de Cultura*, Lisboa, Livros do Brasil, 204 páginas
- BHABHA, Homi (2007) *O Local da Cultura*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 386, p
- CANCLINI, Nestor Garcia (2008), *Culturas Híbridas – Estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Ed USP, 395 p
- CASTELLS, Manuel de (2003) *O poder da identidade*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, vol II, 323 páginas
- CHAGAS, Mário (2002) "Cultura, Património e Memória", versão da comunicação apresentada no 1º Congresso Internacional de Arquivos, bibliotecas, Centros de Documentação, dactilografado.
- CHARTIER, Roger, (1988). *A História Cultural: Entre práticas e representações*, Lisboa, Memória e Sociedade, Difel, 244 páginas
- CHOAY, Françoise, (1982/2008), *A alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 306 p
- CHOAY, Françoise, (2005), *Património e Mundialização*, Évora, Casa Sul Editora, 60 p
- COSTA, António Firmino da, (1997). "Políticas Culturais: conceitos e perspectivas", in *Revista do Observatório das Actividades Culturais*, OBS, n2, Lisboa, OAC, pp 10-14
- CREHAN, Kate (2004). *Gramsci, Cultura e Antropologia*, Lisboa, Campo da Comunicação, 240 páginas

- CUCHE, Denys (1999). *A Noção de Cultura*, Lisboa, Fim de Século, 189 páginas
- FOUCAULT, Michel (1969), *L' archeologie du savoir* , Paris, Gallimard, 288 p
- FOUCAULT, Michel & BOUCHARD (1977). *Language, Counter-memory, practice, selected essays and interviews*, New York, Cornel University, 240 páginas
- FOUCAULT, Michel (1966) *As palavras e as coisas*, Lisboa, Portugália Editora, 501 páginas.
- GILROY, Paul (2006). "Cultura e Multicultura na era da rendição" ,in *O Estado do Mundo*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp 161-190
- HALL, Stuart, (1997). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, London, Sage
- LEITE, Pedro (2012). *Objetos Biográficos: a proposta de intersubjectividade na museologia*.
- LEITE, Pedro (2014). "Social Neuroscience and emancipatory process" in *Informal Museology Studies*, # 5, pp 5-14
- Martinelli, Alfons (2010) : *Cultura y Desarrollo. Un compromiso para la libertad y el bienestar*. Fundación Carolina, Ed. S. XXI, Madrid.
- PEREIRA, Pedro Cardoso (2010) *O Património perante o Desenvolvimento*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Museologia na ULHT.
- PEREIRA, Pedro Cardoso (2012) *A cultura perante o Desenvolvimento*, Lisboa, Pós-doutoramento em Estudos Culturais, Lisboa Faculdade de Letras.
- RUBIM, Milton Santos (2010). "Política Cultural um Fenómeno Ocidental" *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*, Lisboa ICS, pp 249-270
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2000). *A crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*, Porto, Edições Afrontamento, Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 1, 374 páginas.
- SANTOS, Boaventura de Sousa org.(2006). *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política* Porto, Edições Afrontamento, Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, volume 4, 464 páginas.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima (1998), *As políticas culturais em Portugal: Relatório Nacional*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 501 p.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (1995). *Cultura e Economia: Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, 313 páginas
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (2005). *Políticas Culturais e suas Incidências*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, Publicação Periódica da OAC, nº 14 , pp 3-10.

SILVA, Augusto Santos (2003). "Como Classificar as Políticas Culturais?: uma nota de pesquisa", in Revista Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, OAC, nº 12 , pp 10-20

UNESCO, (1964). Carta De Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, Veneza, UNESCO

UNESCO, (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, cultural e natural, Paris, Unesco

UNESCO, (2003). Declaração para a Protecção Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, Unesco

UNESCO, (2003) políticas Culturais para o Desenvolvimento, Brasil, UNESCO, 236 pag.

UNESCO (2004). Cultural Indicators of Human Development: Towards an African Perspective Strategy Document from the International Seminar and Task Force Meeting Maputo, March and August 2004

Yúdice, George (2006) A conveniência da cultura: usos da cultura na era global, Belo Horizonte: Editora UFMG,





